



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 753/2012.

Publicado no P.M. em
27 OUT. 2012

"Fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Procurador Geral do Município, dos Secretários Municipais e dá providências correlatas".

A Câmara Municipal aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam fixados os subsídios mensais do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, do Procurador Geral do Município e dos Secretários Municipais do Município de Campo Magro, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, para o período de 2013/2016, nos seguintes valores:

I – Subsídios do Prefeito Municipal, em parcela única mensal de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais);

II - Subsídios do Vice-Prefeito Municipal, em parcela única mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III - Subsídios do Procurador Geral do Município, em parcela única mensal de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais); e

IV - Subsídios dos Secretários Municipais, em parcela única mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);

§1º - Os subsídios fixados por esta Lei, serão atualizados os meses de janeiro de 2014, 2015 e 2016, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a título de revisão de caráter anual, devendo ser procedida mediante edição de Lei específica de iniciativa do Poder Legislativo, onde contenha a indicação dos meses, inicial e final, a que se refere a recomposição.

§2º - No mês de dezembro de cada exercício financeiro, o Procurador Geral do Município e os Secretários Municipais, farão jus ao recebimento do 13º subsídio, conforme os valores estabelecidos no art. 1º, desta Lei.

fls.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 2º - Aos servidores do quadro efetivo exercentes de Cargos em Comissão de Procurador Geral do Município e de Secretários Municipais, fica assegurada a percepção de vantagens de natureza pessoal legalmente adquiridas e o recebimento de parcelas de natureza indenizatória.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignado ao Poder Executivo, suplementadas se necessário através de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 25 de outubro de 2012.


José Antônio Pase
Prefeito Municipal